

MARIA ELISA O. RAVALHÃ

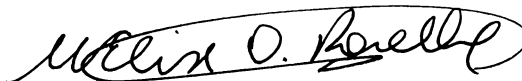
O DEFICIENTE MENTAL DE PERIFERIA E SUAS CONDIÇÕES DE
APRENDIZAGEM EM ESCOLA ESPECIALIZADA

TRABALHO PARA A CONCLUSÃO DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPE
CIAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PA-
RANÁ - SETOR DE EDUCAÇÃO.

CURITIBÃ - PARANÁ

1986

O DEFICIENTE MENTAL DE PERIFERIA E SUAS CONDIÇÕES DE
APRENDIZAGEM EM ESCOLA ESPECIALIZADA POR:



MARIA ELISA O. RAVALHA

ORIENTADOR:

Profa. ROSELI CECÍLIA R. DE CARVALHO BAUMEL

Curitiba, novembro de 1986.

AGRADECIMENTOS:

" *Im memorian* " de meu pai Eber G. de Oliveira, que sempre foi um grande estimulador de meus estudos e atualização.

À professora Roseli Cecilia R. de Carvalho Baumel, pelas sugestões e pela atenção dispensada.

À minha família e a todos que de alguma forma cooperaram para que vencesse esta etapa com êxito.

GABRIELA MISTRAL

ANTOLOGIA

Dame la mano y danzaremos,
dame la mano y amarás.
como una sola flor seremos,
como una flor, y nada más...

El mismo verso cantaremos,
al mismo paso bailarás.
Como una espiga ondularemos,
como una espiga, y nada más.

Te llamas Rosa y yo Esperanza,
pero tu nombre olvidarás,
porque seremos una dana
e la colina, y nada más...

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| AGRADECIMENTOS | iii |
| SUMÁRIO | v |
| I - INTRODUÇÃO | 01 |
| 1.1. JUSTIFICATIVA | 03 |
| 1.2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA | 05 |
| 1.3. OBJETIVOS DA MONOGRAFIA | 06 |
| II - DESENVOLVIMENTO | 07 |
| 2.1. O DEFICIENTE MENTAL DE PERIFERIA E SUAS <u>CONDI</u> <u>ÇÕES</u> SÓCIO-ECONÔMICAS E CULTURAIS | 07 |
| 2.2. O AMBIENTE FAMILIAR DO DEFICIENTE MENTAL DE PERI <u>FERIA</u> | 11 |
| 2.3. OS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM ADOTADAS PELAS ESCO <u>LAS</u> ESPECIALIZADAS | 16 |
| 2.4. AS CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE <u>MEN</u> <u>TAL</u> DE PERIFERIA E SEU DESENVOLVIMENTO EM <u>ESCO</u> <u>LAS</u> ESPECIALIZADAS | 22 |
| III - METODOLOGIA | 27 |
| IV - CONCLUSÃO | 28 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 31 |

I - INTRODUÇÃO

" Na educação tentamos fazer com que a criança deficiente mental se ajuste da melhor maneira possível, para poder viver feliz no seu ambiente social, situado no mundo dos normais, seja onde for."

O Deficiente Mental de periferia pode ser considerado como um sujeito que encerra em seu quadro de deficiências, características peculiares que o diferenciam dos demais.

Observa-se em sua realidade um ambiente sócio-econômico e cultural prejudicado por falta de condições e infra-estrutura da própria família, que carece de recursos básicos para sobrevivência, alimentação, saúde, etc.

Toda essa dinâmica familiar comprometida reduz o tempo de atenção e acompanhamento ao desenvolvimento do deficiente mental de periferia. Que pouco estimulado apresenta dificuldades bem mais acentuadas em certas áreas que dependem de um alicerce de desenvolvimento evolutivo não existente.

Segundo Krynski (1969) afirma:

" O ambiente favorece ou desfavorece o desenvolvimento da criança, como também contribui para for-

mar ou deformar suas atitudes e personalidade."

Estas dificuldades que peculiarizam o Deficiente Mental de periferia vão ser constatadas a medidas que ele se escolariza, pois avaliado, e de acordo com seu nível de desenvolvimento inserido em um programa de aprendizagem ele apresentará dificuldades específicas que exigirão adaptações constantes do programa a fim de que ele tenha um bom aproveitamento.

Levando-se também em consideração a praticidade desse programa como meio de facilitar o acesso e a integração do deficiente mental de periferia na sociedade como um ser atuante e produtivo.

Segundo Cabral, et alii (1975) afirma:

" A educação especial do excepcional subdotado é uma tarefa pedagógica vinculada aos fins da educação propostas para todos os educandos em geral.

Fundamenta-se nos mesmos pressupostos filosóficos, estabelece objetivos e metas afins com os princípios gerais que formam o ideal educativo almejado para a criatura dita normal.

Isto porque o educando excepcional, quaisquer que sejam suas dificuldades continua um ser com direitos fundamentais. Suas incapacidades não o impedem de exercer alguns deveres e nem o impossibilitam de alcançar certo grau de aprendizagem útil a si e a comunidade onde vive."

1.1. JUSTIFICATIVA

Este estudo pretende explorar o tema " *O Deficiente Mental de periferia e suas condições de aprendizagem em escola especializada* ", tendo em vista experiências práticas com criança portadoras de deficiência mental provenientes de famílias com nível sócio-econômico e cultural médio e posterior experiências com crianças deficientes mentais de periferia com menores recursos sócio-econômicos e culturais.

Segundo afirma Canziane (1985):

" O termo pessoa deficiente identifica aquele indivíduo que devido seus "deficits" físicos ou mentais não está em pleno gozo de suas capacidades de satisfazer por si mesmo, de forma total ou parcial, suas necessidades como o faria um indivíduo normal."

As crianças deficientes mentais de periferia, em situação sócio-econômica e cultural menos privilegiadas apresentarão diferenças em suas condições de desenvolvimento e aprendizagem.

Segundo Johnson, et alii (1982) afirma:

" A responsabilidade da escola é de atender todas as crianças e proporcionar um programa que as leve até os limites de suas capacidades."

Por isso a importância da escola que atenda a criança deficiente mental de periferia, levar em consideração estas diferenças e evidenciá-las como ponto de partida para o estudo de um programa que atenda esta criança e explore o máximo de suas capacidades.

1.2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Tendo por base a experiência vivenciada com os deficientes mentais de periferia e observando-se aspectos relevantes tanto nas condições de desenvolvimento quanto nas condições de aprendizagem dos mesmos, que os diferenciam dos demais deficientes. Considerou-se a importância do estudo deste tema, colocando o seguinte problema: "*Quais as condições de aprendizagem dos deficientes mentais de periferia em escolas especializadas.*"

Observou-se também a necessidade da adoção em escolas especializadas de um programa que atenda as necessidades e interesses desta clientela.

1.3. OBJETIVOS DA MONOGRAFIA

Analisar as condições de aprendizagem de uma criança Deficiente Mental de periferia.

Estudar sobre os programas educacionais para crianças deficientes mentais em escolas especializadas.

Analisar a influência do ambiente sócio-econômico e cultural no desenvolvimento e aprendizagem do Deficiente Mental de periferia.

2.1. O DEFICIENTE MENTAL DE PERIFERIA
E SUAS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E CULTURAIS

Em sua acepção sociológica, cultura se refere à totalidade daquilo que os indivíduos aprendem, enquanto membros de uma sociedade; é um modo de vida, de pensamento de ação e de sentimento.

O deficiente mental de periferia tem condições sócio-econômicas e culturais precárias, provém de famílias carentes ou com mínimos recursos, onde os demais elementos como pais, irmãos e outros trabalham para manutenção da família em suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário e saúde. Quando não estão desempregados vivem num sub-mundo de empregos provisórios e mal remunerados onde não conseguem subsidiar nem as necessidades básicas desta família.

As atitudes sociais respeitantes a educação, assistência e reabilitação dos indivíduos deficientes e as medidas públicas que lhe são dedicadas, constituem em grande parte o reflexo de um conjunto de crenças e atitudes mais genéricas e culturalmente mais vastas sobre as obrigações da sociedade como um todo

para com cada um de seus cidadãos.

Os deficientes mentais de periferia assim como seus familiares não tiveram muita oportunidade de desenvolvimento cultural, pois devido a falta de recursos básicos, abandonaram cedo os estudos e perderam logo as chance de uma ^{ascensão} acensão e um posicionamento dentro da sociedade.

Alguns autores analisam as problemáticas sócio-culturais, nestes enfoques:

" Numa sociedade como a nossa a classe dominante difunde e impõe seus critérios culturais, que passam a ser por este motivo, o correto."

" Insistem sobre a necessidade, para o sujeito de ser reconhecido e valorizado pelo outro."

" Não há sujeito senão em relação e daí o interesse em atividades que façam apelo às diversas formas de relação inter-pessoais, particularmente sob a forma de cooperação."

Neste meio, de condições precárias e dificuldades de satisfação das necessidades básicas é que convive o deficiente mental de periferia.

Faltam-lhe portanto estímulos primários para o seu desenvolvimento, que não existiram ou por falta de tempo dos pais e familiares, em detrimento de necessidades mais urgentes, ou por

ignorância dos mesmos quanto à maneira pela qual poderiam estimular o desenvolvimento de seu filho.

Acredita-se que as alternativas mais viáveis e condizentes com nossa estrutura social será integrar o preparo dos pais em programas extra-escolares, destinados a educação permanente. A educação contínua é considerada como um processo de formação, revisão e aperfeiçoamento incessante nas áreas profissional, familiar e social.

Em educação especial tenta-se fazer com que a criança deficiente mental se ajuste da melhor maneira possível, para poder viver harmonicamente no seu ambiente social, situado no mundo dos normais.

Apesar dos seus distúrbios a criança Deficiente Mental não é totalmente diferente dos normais.

Possivelmente pode-se concluir que exatamente as suas semelhanças oferecem o melhor ponto de partida para sua educação.

No que se refere ao deficiente mental de periferia se for possível extrair da bagagem desta sub-cultura onde ele vive suas semelhanças, suas potencialidades, será também possível proporcionar-lhe condições de aprendizagem adequada e adaptação a sua realidade.

Segundo Krynski (1969) afirma:

" É importante saber as condições nas quais as crianças vivem e aquilo que ela é, mas também aqui-

lo que ela vai ser no futuro, as condições nas quais irá viver futuramente. Imagina-se pois o processo de educação e preparo de um indivíduo como uma ponte entre o seu diagnóstico e o seu prognóstico."

Segundo Cabral, et alii (1975) afirma:

" O esclarecimento da comunidade inclui indivíduos e instituições, é de suma importância na solução das dificuldades dos subdotados e na sua integração social."

O Deficiente Mental de periferia assim como as demais crianças deficientes tem as mesmas necessidades que as crianças ditas normais de se sentirem aceitas pela sociedade. E este espaço é aberto a eles à medida que as pessoas são esclarecidas sobre a sua deficiência, mas também sobre suas condições e capacidade de conviver com os outros como seres ativos e produtivos.

Conforme a autora acima citada: *" Para que o subdotado possa gozar das oportunidades várias que a comunidade oferece, as pessoas que dela fazem parte, e para que seja favorecido mediante a participação junto as demais pessoas é preciso que estes benefícios estejam ao seu alcance e que ele seja aceito e compreendido, que sua colaboração seja considerada valiosa e que se lhe permita, dentro de suas limitações, contribuir com algo para o bem de todos."*

2.2. O AMBIENTE FAMILIAR DO DEFICIENTE MENTAL DE PERIFERIA

Krynski e Clemente (1967), em seus trabalhos sobre aspectos da prevenção da Deficiência Mental no Brasil, afirmam que: *"As atitudes da família conseqüentes ao reconhecimento do filho deficiente, não raro modificam todo o comportamento social do grupo familiar. comentam os autores que não raras vezes ocorre falência do lar em função do filho deficiente, mas outras vezes é a atitude positiva de compreensão e de entendimento melhor de todo o grupo familiar que se une e se concentra às vezes exageradamente em torno do problema e suas possíveis soluções que termina por agravá-lo."*

O Deficiente Mental de periferia corre um risco maior de conviver com uma família desestruturada. Isto não só pela deficiência mental, mas por todo o contexto de carências que esta família enfrenta, desde a fome, o desemprego, a falta de informações, o vício; agravados pelo quadro de deficiência que torna o sujeito um peso para esta família desinformada e desestruturada, que terá de se preocupar com ele.

Para os autores acima citados:

"O ambiente é que favorece ou desfavorece o desenvolvimento da criança como também contribui para formar ou deformar suas atitudes e sua personalidade."

O estabelecimento de um horário e a formação de hábitos devem ser introduzidos com mais continuidade, o quanto antes e com maior rigidez."

Por esta desestruturação da família do Deficiente Mental de periferia torna-se mais difícil a compreensão da dinâmica do seu desenvolvimento e suas condições de aprendizagem.

Falta a esta família condições para apoiar o deficiente mental de periferia, pois além das diversas situações que surgem, mascarando uma rejeição, o problema agrava-se pelas dificuldades que se impõem a esta família como: insatisfação de suas necessidades primárias, ignorância quanto as reais condições do sujeito e descrença quanto à capacidade do mesmo ser útil e ativo à sociedade.

Segundo afirma Alvim (1967):

" A Criança reflete como um espelho a situação familiar reagindo com menor aproveitamento às diversas circunstâncias adversas de seu ambiente doméstico.

A ruptura dos laços familiares por abandono a desarmonia de seus familiares influi desfavoravelmente sobre seu rendimento intelectual e sobre sua personalidade."

A família do Deficiente Mental de periferia apresenta dificuldades para estimulá-lo, falta-lhe estrutura para desempenhar esta função, pois possui uma série de carências e precisa de orientação.

Conforme afirmações de Cabral (1975):

" Os pais são os primeiros professores da criança e continuam desempenhando esta tarefa no decorrer dos anos.

Infelizmente são poucos os que procuram se preparar para serem pais e mães. Isto se justifica porque a grande maioria julga que pode assumir esta função empiricamente e intuitivamente, da mesma forma que seus pais e avós fizeram.

Os que sentem necessidade de orientação encontram dificuldade em fazê-las pela ausência de órgãos que a isto se dediquem de forma sistemática."

Conforme alguns autores como Nidelcoff (1985), Hurbert (1970) afirmam:

" O meio, do ponto de vista da criança é toda aquela realidade, física, biológica, humana que as rodeia; a qual se ligam de uma maneira direta através da experiência com a qual estão em intercâmbio permanente. Não se pode precisar os limites do meio, porque a medida que a criança cresce seu relacionamento com a realidade que o rodeia se tornam imperiosos."

" A essência da família consiste, por conseqüente, numa profunda e íntima unidade, ou seja, num ambiente "sui generis" de pais e filhos, resultado natural do núcleo que é a união natural do homem e da mulher."

Entre o Deficiente Mental da periferia é maior a necessidade de uma orientação familiar por ser maior a falta de informações dos pais que pode até perceber e sentir necessidade de ajudar seus filhos mas não sabem como o fazer.

Um trabalho educativo integrado, onde os pais participem e sejam informados das necessidade e condições de aprendizagem de seus filhos proporcionarão um crescimento mútuo de pais e filhos.

Nas fases iniciais do desenvolvimento a mãe intervem como mediador no conhecimento do mundo e na organização da personalidade.

Quando se traça um plano de educação para a criança Deficiente Mental precisa-se conhecer seu ambiente familiar, seu grau de adaptação a vida social, sua personalidade e caráter. Os pais, a família e num círculo mais amplo a comunidade; são agentes diretos da educação da criança Deficiente Mental. Quanto mais agentes atuem juntos guiados pela mesma filosofia, tanto maior será a chance de aproveitamento harmonioso por parte da criança, principalmente pela segurança que lhe é transmitida.

O enfoque integrativo do plano educacional deve chegar até a família do Deficiente Mental a fim de orientar os cuidados físicos que ela necessita, sua recreação, sua convivência com os outros e a gradual formação de hábitos e controles.

Conforme afirmação de Hurbert (1970):

" A família como comunidade natural e permanente de

pais e filhos, é a comunidade educacional mais primitiva, mais intensiva e extensiva."

2.3. OS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM ADOTADAS PELAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS

A criança Deficiente Mental no processo de aprendizagem é considerada como um contribuinte para o bem comum, se lhe for oportunizada uma educação especial que, ^{lhe} permita não só adaptar-se satisfatoriamente ao ambiente atual que a rodeia, como também encontrar os meios que lhe possibilite adaptar-se a situações futuras.

Segundo afirma Johnson et alii (1982):

" A educação especial implica em satisfação das necessidades da criança. Isto é um conceito imperativo. Literalmente o conceito, na medida que é extensivo a todas as crianças brotou da tentativa dos educadores de crianças Deficiente Mental de adaptar a metodologia e materiais educacionais as necessidades peculiares de crianças com diferenças. Na Criança excepcional o conceito de diferenças individuais atinge sua síntese. Sempre está presente o conceito de satisfação das necessidades individuais e de suas diferenças; colocar adequadamente a criança Deficiente Mental dentro de uma situação escolar é talvez uma das funções mais importante da escola. Deve ser reservada ao professor e não delegada a outro profissional.

A visão que se tem da escola depende da concepção que se tenha do homem da interpretação que se faça do momento histórico."

Conforme afirma Not (1975):

" A educação do Deficiente Mental deve ser personalizada, reencontrando o interesse da relação mestre-aluno e que pode-se assim definir: é uma educação de pessoa a pessoa, que o educador estabelece com seus alunos; e isto supõe em princípio, que nenhum seja tratado como objeto. Isto supõe também que cada criança seja reconhecida por seu valor. Melhor que os colegas o educador pode porque foi preparado, ser este outro que dá ao sujeito consistência de sua existência e seu insubstituível valor enquanto tal."

Proporcionar um programa que leve a criança até os limites de sua capacidades é responsabilidade da escola. A escola especial tem função importante e altamente especializada no sistema educacional total atendendo as crianças Deficiente Mental; que são julgadas incapazes de enfrentar a situação escolar normal em razão de suas diferenças, que requerem um ambiente protegido e que exigem recursos especializados para o tratamento ou educação.

Se impõe o respeito a individualização do ensino como princípio básico juntamente com a normalização e da integração; que constituem atitudes básicas do educador que se dispõe a respeitar a individualidade do educando.

Conforme afirmações constantes nos anais do " I Encontro de Educação Especial de SP." (1983) :

" Em termos gerais a educação especial deverá abranger metas de alcance tridimensional, como: a) Dimensão individual - o educando mediante o desenvolvimento de suas potencialidades, tornar-se-a útil a si mesmo pelo trabalho e pela conquista de novas oportunidades, de auto-realização; b) Dimensão social, com a prestação de serviços à sociedade, este educando como os demais, retribuirá sua parcela de benefícios recebidos e proverá com certa cota para sua subsistência; c) Dimensão Política, social, deixando de ser um ônus sócio-econômico, engajar-se-a na força trabalhadora, seja qual for seu nível, participando do desenvolvimento Nacional."

Os fins da educação especial do Deficiente Mental estão vinculados aos fins da educação em geral. Propõe os mesmos objetivos e fundamenta-se nos mesmos pressupostos filosóficos. Isto porque o educando Deficiente Mental quaisquer que sejam as suas dificuldades continua um ser humano com direitos fundamentais. Suas incapacidades não o impossibilitam de exercer alguns deveres e nem o impedem de aprendizagem útil a si e a comunidade onde vive.

O currículo e os programas de aprendizagem para o Deficiente Mental em seus vários níveis de ensino devem proporcionar condições de aprendizagem acadêmicas bem como técnicas e profissionais.

A nível de Deficiente Mentais treináveis que são geralmente a clientela das escolas especiais, este currículo deveria ser evolutivo, levando em conta o grau de evolução da criança, o nível antecipado de seu desenvolvimento; o nível geral previsto a atingir e as experiências apropriadas que ele traz para a situação de aprendizagem.

Já num nível inferior de deficiência deve-se realizar o treinamento de hábitos de saúde, auto-ajuda e segurança. As crianças aprenderão a ouvir, seguir ordens e se encarregarem de suas próprias necessidades pessoais, observar as diferenças e viver em harmonia com os outros, tanto em situação supervisionada como livre.

Considera-se o currículo como um instrumento facilitador do processo ensino-aprendizagem. Não sendo imposta a proposta contém vários subsídios que permitem a elaboração do currículo pleno. Que deve ser colocado na realidade sócio-cultural do aluno, objetivando o seu desenvolvimento integral.

Conforme citações do anais do " I Encontro de Educação Especial de SP." (1983).

" Dentre os inúmeros objetivos há que considerar o deficiente no processo de interação, isto é, nas suas relações interpessoais; na sua capacidade de compreender situações e na sua participação, segundo as condições de cada um. Qualquer proposta curricular para Deficiente Mental sob a ótica de educação integral deve ter como componentes: a sociabilidade, o desenvolvimento das funções intelectuais

tuais a psicomotricidade, a educação física, a educação estética, a educação sexual e os trabalhos manuais."

Os programas adaptados nas escolas em sua maioria tem por base as fases do desenvolvimento normal que se encontra o Deficiente Mental, o grau de evolução que deveria ter alcançado de acordo com seus compromettimentos e os pré-requisitos a serem treinados, as habilidades que devem ser adquiridos, para que ele alcance este desenvolvimento ou se aproxime dele.

Para o Deficiente Mental de periferia o programa além de atender a estes aspectos citados deve também considerar as sequelas que aparecerão agravando o quadro, como consequência de todo um estado de carência no qual ele viveu.

O aspecto de saúde física, muitas vezes debilitada no Deficiente Mental, muitas vezes se agrava no Deficiente Mental de periferia que não tem facilitado seu acesso ao tratamento e medicação adequados e está mais exposto a situações que coloca em risco sua saúde.

Um sujeito com estado de saúde prejudicado, não tem boas condições de aprendizagem.

A alimentação na maioria das vezes insuficiente ou mal dosada, no que se refere a qualidade dos alimentos e outros aspectos a serem considerados como atuantes na produtividade do sujeito para qualquer atividade devem ser considerados como fatores a analisar na montagem de um currículo, ou um programa para o De-

ficiente Mental de periferia.

As experiências anteriores também são importantes, como bagagem trazida pelo sujeito tanto no aspecto emocional como no social.

E considera-se com um fator a analisar a falta de estímulo em todas as áreas de desenvolvimento, nos primeiros anos de vida que são básicos para o desenvolvimento posterior.

A qualidade da relação tanto social quanto emocional mantida entre o Deficiente Mental de periferia e sua família nos seus primeiros anos de vida vão refletir no seu comportamento posterior.

Acredita-se que o programa para o Deficiente Mental de periferia além de atender todos estes aspectos, deve também prepará-lo para vida, desenvolver na medida de suas capacidades, conceitos básicos que facilitem o seu contato social, tornando-o um sujeito, a medida do possível, útil e ativo à sociedade.

Assim deve-se considerar a qualidade das informações transmitidas, pois a medida que elas estão ajudando o sujeito a desenvolver-se também estão preparando-o para utilizá-las transformando-se assim em um sujeito produtivo.

2.4. AS CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE MENTAL DE PERIFERIA E SEU DESENVOLVIMENTO EM ESCOLAS ESPECIALIZADAS

Conforme afirmações de Canziane (1985):

" A Deficiência Mental refere-se ao funcionamento intelectual inferior ao termo médio que se origina no período de desenvolvimento.

O educando portador de deficiência caracteriza-se por:

Leve: consegue adaptar-se de tal forma ao meio, que é difícil notá-los em grupos de comunidade. Isto porque poderão desenvolver habilidades sociais e da comunidade. Poderão aprender habilidades escolares e alcançar o desenvolvimento de habilidades profissionais. Pode inclusive clegar a prover a sua manutenção, muito embora necessitem, algumas vezes de ajuda e orientação em situações sociais diferentes daquelas que estão acostumados, ou em caso de dificuldades econômicas.

Moderado: Tem capacidade insuficiente de desenvolvimento social. Podem ser dirigidos com supervisão moderada. Sua capacidade de apreender não permite que alcancem um nível de escolaridade satisfatória. Poderão manter-se economicamente através de programa supervisionado.

Severo: Pouco desenvolvimento motor, mínimo desenvolvimento da linguagem, podem falar e podem ser treinados em hábitos de higiene e beneficiar-se de treinamento sistemático de hábitos. Sob completa supervisão poderão contribuir parcialmente para sua manutenção, em ambiente controlado poderão desenvolver habilidades para proteção de si mesmos.

Profundo: Retardado intenso, capacidade sensorial motora mínima. Necessitam de permanente cuidado, todavia dentro de programas, principalmente de "condicionamento operante". Há possibilidades de alcançarem hábitos de cuidados pessoais, embora limitados, linguagem e desenvolvimento motor precário."

A criança excepcional é aquela que se desvia nos aspectos intelectual, físico, social e emocional do que é considerado crescimento e desenvolvimento normal. Mas tem as mesmas necessidades que uma criança normal com algumas diferenças, atender todas as carências levando esta criança ao máximo de seu potencial evolutivo é prepará-la adequadamente para um ajustamento de vida satisfatório.

É necessário obter-se uma avaliação completa desta criança a fim de poder realizar um julgamento adequado quanto a sua colocação educacional. As decisões finais quanto a colocação da mesma cabe ao educador em acordo com a equipe multi-disciplinar.

Segundo Johnson et alii afirma (1982).

" A função do educador é:

(1) Verificar que dados complementares são reunidos em relação a uma criança;

(2) Ouvir cada relatório e diagnóstico e estar certo de que este é compreendido;

(3) Obter daqueles que examinam a criança uma recomendação quanto a colocação e

(4) Tomar uma decisão final a respeito do plano educacional em termos dos fatos conhecidos quanto a criança é em termos das realidades da situação educacional."

A criança Deficiente Mental possui atenção facilmente fatigável, capacidade de concentração, compreensão, elaboração, crítica e síntese prejudicados e conseqüente falta de persistência, de iniciativa; dificuldade no aprendizado e resolução de problemas da vida cotidiana. Tem características de imaturidade geral com manifestações inadequadas dos afetos, círculo limitado de interesses, escala de valores com defeitos e concepção simplista do mundo. Dependente, necessita de proteção e fixa-se nas figuras parentais.

Seus interesses lúdicos são semelhantes ao da criança normal com excessão dos brinquedos que exigem das funções intelectuais onde seu desenvolvimento é mais lento.

Nos primeiros anos reconhece-se uma criança Deficiente Mental pelos distúrbios de seu comportamento adaptativo, pelo

baixo índice de desenvolvimento de habilidades tais como: falar, andar e outras atividades sensório-motoras.

Durante os anos escolares detecta-se através das condições de aprendizagem diminuídas, do comportamento desajustado uma criança portadora de um quadro de Deficiente Mental.

Entre os adultos o principal critério para caracterizar um comportamento típico da Deficiência Mental é o baixo ajustamento social no que se refere a manter independentemente um lar e uma família e manter-se independentemente num emprego que envolva competição.

A educação do Deficiente Mental não pode nem dispensar o adestramento, nem reduzir-se a ele, ela busca um equilíbrio entre as potencialidades do sujeito e as exigências da vida social.

Pode-se considerar que se o Deficiente Mental de periferia tem um desenvolvimento inferior ao de classe média, ou tem um desenvolvimento diferenciado onde certas áreas podem até ter alcançado condições superiores de desenvolvimento, mas em sua maioria as áreas são bem menos desenvolvidas pela falta de oportunidade e condições de experimentação que se apresenta ao Deficiente Mental de periferia.

A coordenação motora ampla é uma área onde o Deficiente Mental de periferia geralmente apresenta uma defasagem positiva, pois tem maior liberdade de ação e experimentação dos atos motores, ocasionadas pela falta da supervisão ansiosa que família su-

perprotetora coloca em torno do Deficiente Mental de Classe média. Já a área da percepção apresenta-se no Deficiente Mental de periferia como uma área de desenvolvimento muito prejudicada, pois este não tem acesso as experiências concretas muito importantes ao desenvolvimento desta área de conceitos tão abstratos.

Considera-se que a aprendizagem do Deficiente Mental de periferia deve partir sempre do concreto em todas as áreas de desenvolvimento a fim de alcançar a compreensão e interpretação dos conceitos abstratos a ela associados.

III - METODOLOGIA

Pesquisa descritiva.

IV. CONCLUSÃO

Este estudo é fruto do seguinte problema: "*Quais as condições de aprendizagem do Deficiente Mental de periferia em escolas especializadas*", problema que surgia durante a experiência de trabalho com estes deficientes associado ao interesse tanto pela área de Deficiência Mental em geral, quanto em ajudar na reabilitação de tal clientela.

É óbvia a afirmação que o Deficiente Mental de Periferia tem condições sócio-econômicas e culturais diminuídas, mas são muitas e talvez algumas até desconhecidas, as consequências destas carências.

Por isso torna-se clara a necessidade na escola, de proporcionar a esta criança condições ideais de aprendizagem e desenvolvimento; através da compensação destas carências.

A Escola não irá assumir papéis que pertencem a família, mas irá abrir caminhos, orientar a família que através dos recursos disponíveis satisfará as necessidades básicas.

Necessidades estas que também são básicas para que a criança Deficiente Mental de Periferia consiga alcançar um bom nível de desenvolvimento e aprendizagem.

E como ajudar na satisfação das necessidades? No que se refere a alimentação, com um bom programa de suplementação alimentar na escola.

No que se refere a saúde, outra área preponderante para manter o equilíbrio do desenvolvimento do Deficiente Mental de Periferia, que como muitas outras crianças não tem nenhum tipo de assistência, ou quando as tem o acesso a esta é difícil. Cabe a escola conhecendo todos os tipos de recursos disponíveis; institutos, convênios etc. Orientar os pais que dispõem destes na forma correta de usá-los. Enfatizando a importância da saúde da criança para mantê-la num nível de aprendizagem equilibrado. E no caso da falta de disponibilidade dos pais em atender estas necessidades da criança a escola, através de convênios manterá garantido este tipo de atendimento.

No aspecto cultural, informar os pais de melhor maneira possível sobre o desenvolvimento de seu filho, orientando-os quanto a forma correta de agir a fim de reforçar a aprendizagem que ele está adquirindo na escola.

Conservar os pais sempre próximos da escola, mantendo um vínculo de reuniões que sejam do seu interesse, no que se refere ao acompanhamento do filho e seu rendimento. Deixando também que a família traga suas dúvidas e seus anseios.

Este vínculo cultural escola-família irá ajudar a família a atender melhor seu filho Deficiente Mental de Periferia e fornecer informações que ajudarão direta ou indiretamente na dinâmica familiar.

As condições de aprendizagem do Deficiente Mental de Periferia geralmente são rebaixadas^o pelo menos ~~em~~ um desenvolvimento diferenciado das demais crianças deficientes. Defasagem esta geralmente motivada pela falta de acompanhamento e orientação familiar desde os primeiros anos de vida da criança.

A família mesmo diante daquele filho com problemas está mais voltada a reunir, com os recursos que dispões, condições para satisfação das necessidades primárias de alimentação, saúde, moradia, vestuário etc. Do que dispor deste tempo para orientar a criança em suas dificuldades de aprendizagem.

Quando a criança Deficiente Mental de periferia frequenta a escola é importante manter um trabalho integrado onde o reforço no ambiente familiar, dos conhecimentos desenvolvidos na escola, faça a criança perceber a importância e o valor prático do que aprendeu.

Devendo a escola conservar-se aberta à perceber as necessidades reais da criança Deficiente Mental de Periferia e selecionar a aprendizagem para que seja útil do seu desenvolvimento e integração à sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Clovis de Faria. Introdução ao Estudo da Deficiência Mental. Publicação Sociedade Pestalozzi de MG., pg. 81, 1967.

CABRAL, Ruth e PIVA, Silvia Regina. Educação Especial de subdotados. Editora Livraria Sulina. Porto Alegre, pgs. 18, 24, 49, 50, 51, 69, 70, 122, 123, 1975.

CANZIANE, Maria de Lourdes B. Educação Especial, Visão de Um Processo Dinâmico e Integrado. Editora Universitária Champagnat da U.C.P. Paraná, pgs. 17, 19, 32, 34, 1985.

DUNN, Lio Jd. M. Crianças Excepcionais, seus Problemas e suas Educação. Editora Livro Técnico e científico. RJ., pgs. 23, 42, 1975.

HENZ, Humbert. Manual de Pedagogia Sistemática. Editora Herder. Sp., pgs. 235, 238, 1970.

JOHNSON, CAQUICKSHANK, CASTALLAT, BARNARD, ERICKSON. Educação de Excepcionais. Vol. I. Editora Globo. Tradução de Jurema Alcides Cunha. RS., pgs. 3,4, 23, 51, 66, 70, 83, 85, 1982.

KRYNSKI, Stanislaw e colaboradores. Deficiência Mental. Livraria Atheneu S.A. SP., pgs. 105, 139, 142, 144, 146, 148, 325, 332,333, 336, 1969.

NIDELCOFF, Maria Teresa. A Escola e a Compreensão da Realidade. Editora Brasiliense. SP., pgs. 10, 31, 1985.

NIDELCOFF, Maria Teresa. Uma Escola para o Povo. Editora Brasiliense. SP., pgs. 33 e 34, 1983.

NOT, Louis. Educação dos Deficientes Mentais. Livraria Francisco Alves. Editora S/A. Tradução Maria Luiza Xavier Borges. pgs. 31, 36, 37, 39, 46, 52, 1978.

TELFORD, Charles W. e SAUREY, James M. Um Indivíduo Excepcional. Zahar Editores. RJ., pgs. 47, 1978.

Anais do Iº Encontro de Educação Especial, estudos e documentos, Publicação da Faculdade de São Paulo. 1983.

Comissão de Publicação:

Prof. Dr. Nicolas Doér - Presidente, Profa. Beatriz Alexandrina de M. Fetizan - Secretária, Prof. Dr. João Theodoro D'olim Marote, Prof. Dr. José Augusto Dias, Profa. Dra. Maria Tereza Fraga Rocco. pgs. 52, 107.

Secretaria de Educação e cultura da Prefeitura Municipal de Curitiba, Projeto de Implantação da Escola Especializada Ali Bark na Rede Municipal de Ensino 1985.